

# A CONSTRUÇÃO DA PAZ EM UMA FRONTEIRA INTERNACIONAL CONTESTADA: A RESOLUÇÃO DO CONFLITO FRONTEIRIÇO ENTRE NIGÉRIA E CAMARÕES E O SURGIMENTO DE NOVAS QUESTÕES<sup>1</sup>

Kenneth Chukwuemeka Nwoko<sup>2</sup>

## Introdução

A solução política sob o Acordo *Green Tree*, que levou à entrega da península de Bakassi pela Nigéria à República de Camarões, após a decisão da Corte Internacional de Justiça (2002), sinalizou o fim do prolongado conflito fronteiriço entre Nigéria e Camarões, pelo menos superficialmente. No entanto, alguns analistas acreditam que isso marcou o início do que pode resultar em um conflito futuro (Agbakwuru 2012; The Guardian 2006). A partir da análise do veredito da Corte, parece que, enquanto os interesses dos dois países envolvidos no conflito aparentam terem sido levados em consideração, o interesse dos nativos e dos habitantes de Bakassi não. Além de alienar essas pessoas locais de seus lares ancestrais, locais culturais e oportunidades de sustento, atividades como a pesca, transporte interestadual de água, comércio etc., que eram operados desde os dias pré-coloniais pelos habitantes locais, aparentam ter sido interrompidos, colocando em risco seus meios de subsistência e sobrevivência.

O acordo anglo-germânico de março de 1913, no qual a decisão da CIJ se baseou para seu veredito sobre o conflito fronteiriço entre Nigéria e Camarões, representa o primeiro marco no processo de alienação dos habitantes da península de Bakassi, o *causis bellum*; especialmente desde que os reis e

---

<sup>1</sup> Esse estudo foi realizado com doações da African Peacebuilding Network of the Social Science Research Council, EUA.

<sup>2</sup> Departamento de História e Estudos Internacionais, Universidade McPherson, Seriki Sotayo, Nigéria. E-mail: nwokokeneth@gmail.com.

chefes de *Old Calabar* exerceram soberania sobre os Bakassi<sup>3</sup>, um título que foi incluído naquela parte da Nigéria como Estado soberano durante o período deste conflito. Enquanto a decisão da CIJ deu precedência às construções contemporâneas ocidentais das noções de fronteiras e soberania em detrimento da consolidação histórica (Sama & Johnson-Ross 2005-2006, 111), “o tratado de protetorado feito sem jurisdição não deveria ter precedência sobre os direitos de propriedade da comunidade e propriedade existentes desde tempos imemoriais” (Nigerian Information Service Centre 2002; The Guardian 2002, 1-2). Em outras palavras, a Alemanha transferiu para Camarões o que não recebeu da Grã-Bretanha, uma vez que o direito de propriedade do título estava com os reis e chefes de *Old Calabar*. O foco deste artigo não é aprofundar as questões jurídicas relativas à propriedade legal do território, uma vez que a decisão da CIJ havia colocado isso em repouso. O objetivo é analisar as questões decorrentes do acordo que poderiam comprometer a “paz fria” entre os dois países; questões relacionadas com as repercussões psicológicas, socioeconômicas e políticas que o método de resolução do conflito e a sua aplicação trouxeram aos nativos e aos habitantes da Península de Bakassi, bem como recomendações para uma paz duradoura nesta região problemática.

## Revisão de Literatura

Trabalhos acadêmicos são abundantes no que tange o conflito fronteiriço entre Nigéria e Camarões. A maioria desses estudos concorda com as origens coloniais do conflito (Nwoko 2012; Aghemelo & Ibhasebhor 2006; Sama & Johnson-Ross 2005–2006). No entanto, não existe acordo quanto à propriedade do território contestado. A tendência na literatura parece ter sido a análise do conflito envolvendo a origem e o curso dele e as possíveis implicações do julgamento da CIJ em ambos os lados do conflito (Bekker 2003; Tarlebba & Baroni 2010). Outros exploraram os processos de negociação na decisão pós-CIJ (Tarlebba & Baroni 2010). Não importa o nível de interpretação do conflito e o resultado subsequente, uma questão se destacou: que o interesse e o bem-estar do povo de Bakassi não foram incluídos para análise ou interpretação, tanto na decisão da CIJ quanto na literatura. O mais próximo de explorar a situação dos moradores da região é o estudo da Sama & Johnson-Ross (2005-2006). O estudo, no entanto, limita-se ao impacto do conflito na Península de Bakassi sobre as relações entre as populações residentes de anglo-saxões camaroneses e da população residente nigeriana. Enquanto a Nigéria usava o bem-estar do povo Bakassi como uma

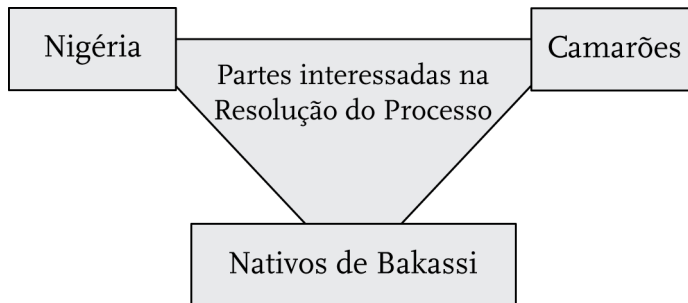
---

3 O tratado de proteção entre a Grã-Bretanha e os reis e chefes de Old Calabar, 10 de setembro de 1884.

das bases para sua reivindicação sobre a Península (Tarlebbee & Baroni 2010, 206), a mesma alegação parece ter sido descartada quando ela não conseguiu se concretizar. De fato, o Acordo *Green Tree* (2002 *apud* Ngang 2007) prevê no Artigo 3 que “Camarões, após a transferência de autoridade pela Nigéria, garante aos nigerianos que vivem na Península de Bakassi o exercício de seus direitos e liberdades fundamentais, consagrados na lei internacional dos direitos humanos e em outras disposições relevantes do direito internacional”. No entanto, esta disposição parece ter sido violada. Isso equivale a uma óbvia violação do direito internacional por Camarões, assim como a negligência intencional da população de Bakassi pela Nigéria representa irresponsabilidade e uma negação da lei do contrato social (Internet Encyclopedia of Philosophy n.d.).

O processo de implementação da decisão da CIJ e do Acordo *Green Tree* e os sucessos registrados ao conseguir que as partes o assinassem foram definitivamente um indicador do sucesso do processo diplomático que os produziu (Sama & Johnson-Ross 2005-2006, 119). No entanto, uma vez que não resolveu de forma abrangente o problema de Bakassi, foi, portanto, uma falha das abordagens de resolução de conflitos implementadas desde que os nativos não foram abarcados. Como uma panaceia para a paz duradoura na região, Kevin Ngang (2007, 28) propõe uma colaboração conjunta, que se assemelha ao exemplo da França, Holanda e Suécia, que conjuntamente possuem as ilhas de St. Martin e Saint Bathelémy, enquanto Baye (2010, 32) acredita que o desenvolvimento infraestrutural e a ocupação efetiva de áreas fronteiriças, que controlam incursões futuras, podem garantir a paz sustentável. Mas esta pesquisa depende da paz duradoura na região e apenas um abordagem que equilibra o interesse triangular dos nativos de Bakassi, da Nigéria e de Camarões será capaz.

**Figura 1: O Processo Triangular na Resolução do Conflito<sup>4</sup>**



<sup>4</sup> Tradução da Edição.

## Antecedentes da decisão da CIJ sobre a fronteira entre Camarões e Nigéria

O evento imediato que levou à decisão da CIJ em 10 de outubro de 2002 foi o ressurgimento da violência entre Nigéria e Camarões na década de 1990. Esta fronteira contestada, que se estende do Lago Chade até o Oceano Atlântico, tornou-se uma fonte recorrente de irritação e controvérsia entre os dois países, logo após suas independências em 1960 (Merrills 1997, 676). Com vários confrontos de fronteira em diferentes momentos, cada um envolvendo perdas de vida e danos às propriedades de ambos os lados, a Península Bakassi tornou-se um teatro peculiar de conflito, com implicações de longo alcance (Merrills 1997, 677).

O governo de Camarões apresentou, em 29 de março de 1994, uma petição inicial contra a Nigéria referente a uma disputa descrita como “relacionada (essencialmente) à questão da soberania sobre a Península de Bakassi”. O requerimento declarou ainda que a “delimitação (da fronteira marítima entre os dois Estados) permaneceu parcial (que) apesar de muitas tentativas para completá-lo, as duas partes foram incapazes de fazê-lo”. Assim, era seu desejo que a CIJ “a fim de evitar mais incidentes entre os dois países... determina o curso da fronteira marítima entre os dois Estados para além da linha fixada em 1975”.

Depois de receber argumentos de ambos os países, a Corte decidiu acerca da soberania sobre a fronteira, em 10 de outubro de 2002, que a autoridade sobre a Península de Bakassi e a área do Lago Chade ficava com Camarões. A Corte também confirmou a validade de certos arranjos coloniais invocados por Camarões e, portanto, fixou, por maioria visível, a fronteira terrestre do Lago Chade, no norte, até a Península de Bakassi, no sul (Bekker 2003, 387). Ao fixar a porção da fronteira marítima sobre a qual tinha jurisdição, a Corte concordou com o argumento posto pela Nigéria, de que a linha equidistante entre os dois países produzia um resultado equitativo, embora se recusasse a identificar o ponto ao largo da costa da Guiné Equatorial na qual termina a fronteira marítima entre Camarões e Nigéria (o “*tripoint*”) (Bekker 2003, 388).

Figura 2: mostra a Área de Bakassi



Fonte: Map No 4247, United Nations department of peacekeeping operation cartographic section (May 2005).

Pouco mais de uma década desde a decisão da CIJ e mais de cinco anos desde a entrega final da Península de Bakassi a Camarões em 13 de agosto de 2013, parece, a partir de desenvolvimentos recentes, que o processo de assentamento excluiu os habitantes da área. O povo Bakassi, cujos direitos, propriedades fundiárias e meios de subsistência foram mais afetados e que estavam no centro do conflito, parece ter sido deixado de lado na decisão. Após a entrega, os habitantes da Península foram deslocados à força e despejados de suas casas, perseguidos, mortos e impedidos pelos guardas e soldados camaroneses de se engajarem na pesca e outras atividades marítimas que eram suas principais fontes de subsistência (Channel TV News 2013; Vanguard 2013). No lado nigeriano, algumas das pessoas que decidiram regressar à Nigéria foram negligenciadas, abandonadas (Duke 2012) e tratadas principalmente como refugiados; apenas temporariamente abrigados em escolas primárias designadas e prédios públicos em Akpabuyo, Governo Local do Estado de Cross River, na Nigéria, antes de seu recente reassentamento na área de Iking (Nigerian Newsday 2013). Significativamente, a maioria dessas pessoas condenou seu tratamento como não nigerianos, citando várias questões para apoiar suas reivindicações. Algumas destas reivindicações incluem: que eles não podiam mais exercer seus direitos de voto desde 2011

com o fundamento de que (1) sua área (alas eleitorais) foi transferida para Camarões (2) seus nomes subsequentemente não puderam ser encontrados no Cadastro Independente de Eleitores da Comissão Nacional Eleitoral (INEC)<sup>5</sup> (FGD: Frank 2015). Da mesma forma, as tentativas de alocar essas pessoas pelo Governo Federal da Nigéria foram excessivamente carregadas de controvérsias sem fim.

As principais questões decorrentes do processo de liquidação, como mencionado acima, são multifacetadas. Primeiro, é a questão da nacionalidade do povo Bakassi e seu direito de existir em sua terra natal. Em segundo lugar, é a relevância ou adequação do mecanismo de construção da paz pós-conflito empregado, especialmente o quanto protege aqueles afetados pelos deslocamentos que surgiram do acordo. É óbvio que a decisão da CIJ e a aplicação da concessão política não acomodaram os interesses triangulares de todas as partes interessadas. Terceiro, é o mecanismo de reintegração na Nigéria, que toma conhecimento do prolongado problema constitucional da dicotomia nativos/colonizador - para o povo Bakassi, recém-chegados são reassentados em um novo lugar longe de seu lar ancestral (Agbese 2013, 379-396). Estas e muito mais são algumas das questões decorrentes do processo de resolução do conflito fronteiriço entre Nigéria e Camarões que este artigo aborda.

Este estudo adota os métodos qualitativos e, a partir deles, o método histórico em termos de coleta, análise e apresentação de dados. A coleta de dados é baseada em fontes primárias e secundárias selecionadas. As fontes primárias incluem dados orais de trabalho de campo, relatórios de estudos de notícias, discussões de grupos focais etc. As fontes secundárias incluem fontes escritas relevantes para o estudo; documentos de política, livros, artigos de revistas e periódicos, além de obras inéditas, teses e dissertações, *papers* de conferências e seminários, entre outros. Os dados orais para o estudo foram obtidos por meio de entrevistas presenciais com informantes-chave e discussões em grupos focais (FGDs) realizadas na Área de Governo Local de Akpabuyo, no Estado de Cross River.

## Reações à entrega da Península pela Nigéria a Camarões

O julgamento da CIJ e os processos que se seguiram, incluindo a entrega da Península de Bakassi a Camarões, levantaram muitas questões sem resposta que talvez fizeram os nativos de Bakassi rejeitarem a decisão

---

5 Do inglês, *Independent National Electoral Commission's Voters' Register*.

da CIJ e os processos subsequentes. Sob a égide da Associação Bakassi Livre, os nativos optaram por uma reparação legal contra o Governo Federal da Nigéria. O grupo, entre outros, buscou uma ordem de mandado para anular o Acordo de *Green Tree* (GTA)<sup>6</sup> e obrigar a Nigéria a reintegração de posse na Península de Bakassi (Agbo 2012, 56). Procuraram este recurso de acordo com a Seção 1 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Lei 10 da Lei de Execução e Ratificação), Leis da Federação da Nigéria, 1990, bem como a Ordem 34 Regras 1 (a), 3 (1) e (2) das Regras do Processo Civil do Tribunal Superior Federal de 2007. Os litigantes consideraram o GTA como uma violação dos Artigos 1, 2, 20, 21, 22 e 24 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Eles também acreditavam que o Acordo era uma violação do Artigo 1 da Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do Artigo 1 (2) da Carta da ONU, além de violar a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A decisão da CIJ e o GTA parecem ter sido ainda mais comprometidos pela posição da Assembléia Nacional da Nigéria, em que qualquer acordo permanece ilegal até que seja ratificado pela Assembléia. De acordo com a Seção 12 (1) da Constituição de 1999 da República Federal da Nigéria, “Nenhum tratado entre a Federação e qualquer outro país terá força de lei, exceto na medida em que tal tratado é promulgado pela Assembleia Nacional”. A posição da Assembleia Nacional foi, entretanto, esclarecida pelo ex-Procurador Geral da Federação e Ministro da Justiça, no sentido de que o GTA nunca foi um tratado, mas um acordo de estudo firmado voluntariamente pelos dois Estados partes envolvidos e pela Comissão Mista, como testemunha para a execução da decisão da CIJ (Nwoko 2012, 30). Apesar destas agitações, parece que a ação do governo nigeriano na entrega do território a Camarões continua a ser irreversível.

Desde que o governo da Nigéria deslocou muitos dos nativos Bakassi retornados para uma área do Estado em Ikang, um dos locais de realocação (os outros sendo Kwa Island e Ilhas Dayspring 1 e 2; as únicas porções não cedidas do território Bakassi) com as promessas de fornecer a infraestrutura básica e a aquisição de habilidades para os nativos de Bakassi, nada mudou. Na maioria dos casos, os nativos que viveram suas vidas como pescadores na Península foram transferidos para uma área sem litoral (FGD: Effiong 2015), sugerindo que o governo talvez fosse insensível às necessidades de seus cidadãos. Um plano de reassentamento mais atento envolveria, entre outros, expor as pessoas deslocadas a novas habilidades para ajudá-las a se adaptar à sua nova vida, longe das atividades econômicas relacionadas com

---

6 Do inglês, *Green Tree Agreement*.

o mar. Na maioria das vezes, promessas de desenvolvimento de infraestrutura, como escolas, centros de saúde, postos de segurança policial etc., não estavam disponíveis, nem os pagamentos mensais mínimos que lhes foram prometidos (FGD: Effiong 2015). A questão então é por que essas promessas não foram cumpridas e quais são as implicações? A pesquisa revela que essas promessas não foram nem parcialmente nem totalmente mantidas.

## Mecanismo e Processo de Reintegração dos nativos de Bakassi na Nigéria e em Camarões

Para facilitar o seu reassentamento, o governo do Estado de Cross River, por meio da Assembleia do Estado, criou alas adicionais da área de Ikingi no Conselho de Akpabuyo e acrescentou aos remanescentes dos Bakassi para compor o Novo Governo/Conselho Local de Bakassi sob a Lei No. 7 de 2007. Entre 2009 e 2010, cerca de 4000 repatriados de Bakassi foram evacuados para esta área sob a supervisão da Comissão das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Nesta fase inicial, os suprimentos básicos regulares, incluindo alimentos e água, eram constantes, junto ao salário mensal (FGD: Bassey 2015). Os repatriados foram reassentados na área de Ikingi, em duas propriedades de assentados, nomeadamente: Ekpri Obutong e Ikot Effiom Estates. As fazendas abrigavam não apenas os retornados da área de Bakassi, que eram principalmente originários de Efik, mas também de outros estados, como Delta, Akwa Ibom, Cross River, Edo e Bayelsa, que viviam na península de Bakassi. Juntas, essas pessoas estavam, ao menos pelo estudos, alojadas em prédios, com três a cinco pessoas em média, por uma sala (FGD: Okon 2015). Aquela foi a primeira onda de ocupantes retornados das propriedades que também receberam um valor mensal de N5000 (cerca de US \$ 32 na época) para sua manutenção (FGD: Okon 2015). No entanto, o subsídio de manutenção foi subitamente suspenso, assim como a equipe médica responsável pelo centro médico parou de comparecer. Na mesma semana em que este pesquisador realizou uma discussão em grupo com os retornados de Bakassi, um dos participantes<sup>7</sup> perdeu a esposa grávida e o feto devido à ausência de cuidados médicos. O único posto policial na área desde o início nunca teve um único policial (FGD: Frank 2015). Além disso, os únicos agentes de segurança presentes no novo assentamento eram um grupo de policiais militares fortemente armados na entrada da área de Bakassi. Todavia,

7 Paul Bassey Etim (24 anos) perdeu a esposa devido à falta de assistência médica, em particular, aos cuidados de saúde materna.



esses agentes de segurança costumavam ocupar-se de extorquir dinheiro de operadores de veículos comerciais privados, que operavam para lá e para cá da cidade de Calabar, em vez de manter a lei, a ordem e a segurança geral<sup>8</sup>. Da mesma forma, não havia escolas em nenhum lugar ou qualquer tipo de infraestrutura de treinamento na área de reassentamento. A consequência era que as crianças brincavam o dia inteiro sem educação ou qualquer instrução. Para agravar a situação já difícil nas fazendas, os retornados foram frequentemente perseguidos por agentes de segurança sob o pretexto de procurar “militantes” (FGD: Frank 2015).

Estas privações, em grande medida, tiveram enormes implicações para a reintegração dos retornados na sociedade nigeriana. Primeiro, o fracasso do governo nigeriano em providenciar abrigo adequado, comida, segurança ou introduzi-los em novas habilidades irritou os retornados de Bakassi. Havia preocupações na época de que alguns desses reassentados retornavam a Camarões e começavam a trabalhar com os guardas camaroneses, como espíões e informantes (FGD: Frank 2015). Outros por frustração, na verdade, voltaram para reivindicar a cidadania camaronesa, mudando seus nomes e identidades, pelo menos a fim de ter abrigo e necessidades básicas da vida. Outros ainda esperavam a possibilidade de dupla nacionalidade. De qualquer forma, essas situações geraram ressentimento contra a Nigéria por parte de seu próprio povo. Isso foi capaz de criar situações explosivas do tipo que fervia na vizinha Delta do Níger. Para validar isso, houve insinuações de que alguns dos retornados de Bakassi haviam se juntado aos militantes do Delta do Níger, que atacavam o governo e as instalações petrolíferas na região (Agbo 2012). Isso explica perfeitamente o constante assédio e ataques aos habitantes das propriedades de repatriados pela polícia militar.

Previa-se que a maneira pela qual as autoridades nigerianas trataram seus cidadãos transferidos da península era responsável pela ousadia com que os guardas camaroneses também maltratavam os retornados. Desde 14 de agosto de 2008, quando os camaroneses assumiram o controle administrativo total dos territórios cedidos, as atividades econômicas na área e ao redor dela foram destruídas, ou na melhor das hipóteses, encolhidas, na medida em que o sustento daqueles que retornaram à Península estava em risco. De fato, as autoridades camaronesas pareciam ter, encoberta ou abertamente, ignorado todas as garantias embutidas no Acordo *Green Tree*, assinado em 12 de junho

---

<sup>8</sup> Isto foi testemunhado por este pesquisador em primeira mão a caminho da área de Bakassi no trabalho de campo em 25 de agosto de 2015. Os pequenos operadores de táxi pareciam ter concebido uma maneira de contribuir para que os seguranças evitassem qualquer interrupção de suas atividades diárias de transporte.

de 2006. A forte exclusão dos nigerianos em Bakassi, de se engajar em suas vocações tradicionais, parecia deliberada, talvez para mostrar um forte ponto de vitória com base na decisão da CIJ. Poderia também ser interpretado como uma forma de apagar quaisquer traços ou vestígios da presença nigeriana na península ou reduzi-los ao mínimo. Essa postura dos camaroneses pareceu validar o ponto de vista anterior de que Yaoundé estava interessado apenas nas oportunidades e recursos econômicos do território e nada mais. Para corroborar com o exposto, Camarões estabeleceu ministérios governamentais (de pesca e agricultura) para maximizar a exploração dos recursos hídricos na península. A implicação era que as atividades dos nigerianos, portanto, pareciam tanto uma ameaça quanto uma afronta competitiva a Camarões.

Além do rompimento de suas atividades de subsistência, o povo de Bakassi enfrenta prisões arbitrárias, estupros, incêndios criminosos, tortura e execuções extrajudiciais nas mãos dos soldados e guardas de Camarões. Por alegadas infrações menores, por exemplo (como a pesca no rio superior ou o abate de árvores de mangal), pode ser confiscado o motor de um barco infrator e o dono rapidamente levado para Yaoundé, para enfrentar uma possível detenção. Em alguns casos, é uma jornada sem retorno (Bassey 2012, 50). Diversas alegações contra as forças de segurança camaronesas, que incluem o afogamento de pescadores Bakassi flagrados em áreas restritas, o confisco de barcos e redes de pesca e a imposição de taxas arbitrárias aos moradores de Bakassi por policiais camaroneses, levantaram questões sobre o futuro desses nigerianos em Camarões, seja como camaroneses ou como estrangeiros residentes. Abaixo há uma lista de ofensas e taxas correspondentes impostas aos nigerianos de cada vez:

**Tabela 1: Mostrando as taxas impostas aos moradores de Bakassi pelos Gendarmes de Camarões**

S/No	Ofensas/Ações	Taxa (na Naira)	em US \$
1	Autorização de residência (por ano)	N 150,000*	\$ 937.5
2	Operação do barco manual	N 15,000	\$93.75
3	Operação do barco a motor	N 30,000	\$187.5
4	Corte de lenha	N 5,000	\$31.25
5	Tocar música em horários estranhos	N 2,500	\$15.6

S/No	Ofensas/Ações	Taxa (na Naira)	em US \$
6	Imposto para fumo	N 5,000	\$31.25
7	Se larva é encontrada no peixe que você está secando	N 30,000	\$187.5
8	Se você for pego tentando cortar uma árvore de mangue	N 30,000	\$187.5
9	Licença de construção antes de construir uma casa	N 50,000	\$312.5
10	Se houver até 200 madeiras em sua casa	N 100,000*	\$625
11	Se o seu barco passa a caminho da Nigéria	N 10,000	\$62.5
12	Se seu barco vem no caminho de volta da Nigéria	N 10,000	\$62.5
13	Permissão para entrar na cidade de Ekondo, em Camarões	N 15,000	\$93.75
14	Se você tem filhos na escola nigeriana em vez de nos Camarões	N 2,000*	\$12.5
		*Pagamentos anuais	

Fonte: *Tell Magazine* (29 out. 2012).

Além disso, as autoridades camaronesas embarcaram sistematicamente em uma missão de integração forçada da população de Bakassi, cortando-as de suas afiliações com a Nigéria. Além da imposição de impostos escandalosos apenas por viver na Península, também houve penalidades associadas a tentativa de se relacionar com a Nigéria ou mesmo a se relacionar com os próprios camaroneses. Por exemplo, “se você passar por eles [soldados ou guardas] no caminho para a Nigéria, você paga um imposto de US\$ 63, e no seu caminho de volta você paga o mesmo, totalizando US\$ 126 por cada dia que você sai da Península” (Agbo 2012, 55). Os camaroneses também proibiram os nativos de Bakassi de comprar alimento da Nigéria, ou trazer peixe ou gado da Nigéria para Camarões (FGD: Edem 2015). Na mesma linha, pessoas com crianças que estudam na Nigéria foram forçadas a pagar US\$ 13 por cada uma delas anualmente, uma punição por não permitir que elas frequentassem escolas em Camarões (Agbo 2012, 55).

## O status ou a nacionalidade Quagmire

As experiências dos retornados de Bakassi desde a transferência da península pela Nigéria para Camarões levaram a vários apelos para esclarecer o status dessas pessoas dentro do contexto da estrutura política da Nigéria. Isso foi em resposta ao que os líderes de Bakassi se referiram como dificuldades, falta de infraestrutura (Mbamalu e Akpan 2015) e seu tratamento como cidadãos de segunda classe, especialmente com base em sua experiência durante as últimas eleições gerais de 2015 na Nigéria (FGD: Asuquo 2015). O ponto foi dito anteriormente que, como uma estratégia para atender os 60% restantes dos residentes de Bakassi que escolheram retornar à Nigéria, parte da Área do Governo Local de Akpabuyo foi posta para criar a Nova Bakassi. Apesar desse arranjo, surgiram complicações jurídicas substantivas. Por exemplo, a Lei Estadual Número 7 de 2007, que criou a Nova Bakassi, ainda não é reconhecida pelo Governo Federal (Agbo 2012, 51), cuja responsabilidade constitucional é criar áreas de governo local. Por não ser reconhecido pela constituição, isso também significa que o novo governo local não poderia ser financiado a partir da conta da federação. Essa lacuna criou problemas durante as eleições gerais de 2015, quando a Comissão Eleitoral Nacional Independente (INEC) se recusou a realizar eleições na área de Ikang, que formava o recém-criado Governo Local da Nova Bakassi, insistindo que a lei que cria o Conselho deve ser ratificada pela Assembleia Nacional (Mbamalu e Akpan 2015). A implicação disso foi que muitos retornados de Bakassi foram privados de seus direitos.

Embora parte dos nativos do Governo Local de Bakassi recebessem seus cartões eleitorais permanentes (PVCs) e até mesmo oficiais eleitos, conforme relatado por alguns políticos (Ita-Giwa 2015), os retornados argumentaram que essas áreas em questão eram apenas algumas das alas existentes na parte restante da área Bakassi de Akpabuyo não cedida tal como o Código 03. As divisões recém-criadas, especialmente o Código 04 da Nova Bakassi, nunca receberam PVC, nem permissão para votar (FGD: Effiong 2015). Isso porque seus nomes, que foram originalmente registrados nas áreas cedidas atualmente a Camarões, ainda estavam para ser transferidos dos territórios cedidos de volta para a área da Nigéria, e tudo indicava que mais de dez anos após a transferência de soberania para Camarões, ninguém parecia interessado em integrar politicamente os repatriados. Consequentemente, esta situação causou atrito, resultando em litígios pendentes no Supremo Tribunal da Nigéria. De acordo com Mbamalu e Akpan (2015),

Mais de 6.000 pessoas de Ikang no New Bakassi, que foi criado a partir do conselho de Akpabuyo, têm sido constantemente marginalizadas, porque o INEC insistiu que o Ikang não existe no mapa da Nigéria como Bakassi e, portanto, não pode realizar pesquisas lá. Mas o governo [do Estado de Cross River] insistiu que, com a criação de New Bakassi e com a lei de habilitação, a Ikang é parte integrante dela na Nigéria e deve se beneficiar em todas as coisas como qualquer outro conselho no país.

Enquanto o assunto permanece *sub judice*, havendo um litígio entre o Governo do Estado e o INEC no Supremo Tribunal da Nigéria, as mais de 6.000 pessoas privadas de direitos continuam sofrendo negligência, privação e discriminação até mesmo de seus anfitriões ou comunidades vizinhas, como análise e exposição subseqüentes mostrarão.

## Relação entre os retornados de Bakassi e seus anfitriões

Como dito anteriormente, a terra Bakassi remanescente não cedida a Camarões era administrada pelo Governo Local de Akpabuyo, onde os retornados foram acampados e posteriormente reassentados, depois que o Governo do Estado de Cross River, através da Lei Estadual Nffl 7, criou o Novo Governo Local de Bakassi. Esses assentamentos na área de Ikang compreendiam duas propriedades principais; Ekpri Obutong e Ikot Effiom. Porém, houve conflitos entre os colonos retornados e os remanescentes do antigo Bakassi de Akpabuyo, onde os primeiros foram reassentados. Como o fenômeno de longa data na Nigéria, o conflito tomou a dimensão nativo/reassentado. Enquanto os residentes originais alegavam que suas terras e recursos disponíveis eram compartilhados com colonos sem compensações, como prometido pelo governo, seu ressentimento mais se baseava no fato de que os recém-chegados reivindicavam acesso igual a recursos e poder. A situação levou a criação de facções do Novo Bakassi em dois grupos, disputando a supremacia. Por um lado, estavam os remanescentes do velho Bakassi, compreendendo Dayspring 1 e 2 e a Ilha Kwa, montada sob a égide da Assembleia Geral dos Povos Bakassi (BPGA)<sup>9</sup>, enquanto, por outro lado, representando o povo Ikang criado para formar o Novo Bakassi foi o *Ikang Combined Council* (ICC) (FGD: Effiong 2015). Esses grupos se engajaram na luta pelo poder, domínio e acesso à generosidade política e outros patrocínios. A implicação era que o desenvolvimento agravava sua situação, já que

9 Do inglês, *Bakassi Peoples General Assembly*.

o sentimento de suspeita mútua dificultava a comunicação de uma frente comum na articulação de suas demandas e queixas ao governo e à comunidade internacional.

Um grande desenvolvimento disso, entretanto, foi o fato de que alguns políticos aproveitaram essa situação cismática para enriquecimento pessoal e engrandecimento. Em particular, a maioria dos participantes da discussão de grupos focais apontou para o estabelecimento de um campo rival retornado, estabelecido por um político em particular que foi acusado de reunir “rostos e grupos desconhecidos” e realizar um acampamento ilegal desde 2013 na Escola Primária Ikot Iyo, em Akpabuyo. Com esse acampamento paralelo, esse político supostamente desviou alguns dos suprimentos e doações destinados aos repatriados Bakassi, reconhecidos oficialmente, nas duas propriedades na área de Iking (FGD: Effiong 2015). Para essas pessoas, portanto, esses políticos constituíam mais um problema do que uma solução para seu sofrimento (FGD: Etim; Effiong e Ekpo 2015).

## Conclusões e recomendações

Este estudo revelou a extensão da implementação da decisão da CIJ e do Acordo *Green Tree* no conflito fronteiriço entre a Nigéria e Camarões, pela Comissão Mista Camarões-Nigéria e suas implicações na construção da paz pós-conflito na região. A análise oferecida no estudo fornece uma visão sobre a situação de desesperança, privação, abusos dos direitos humanos e fracasso da Comissão Mista em elaborar um acordo funcional e abrangente. O estudo também traz à tona a necessidade da adoção de abordagens alternativas de construção da paz pós-conflito, em face da ineficácia das abordagens existentes na promoção da paz positiva e do desenvolvimento sustentável na região. Isso se tornou muito crítico em uma região onde os movimentos políticos de identidade implantaram cada vez mais suas culturas para pressionar a necessidade da autodeterminação (Onuoha 2015, 363). Além dessa forma de lealdade, este estudo mostrou que há uma possibilidade crescente de construção de um novo objeto de referência ou de uma nova forma de lealdade que possa atrair a dedicação de sujeitos cujas lealdades não sejam baseadas em etnia, Estado ou qualquer outra afiliação, exceto no sofrimento e na injustiça identificados neste contexto como o fenômeno Bakassi. E aqueles que se sentem ameaçados pelos abusos das partes estatais envolvidas, bem como a inação da comunidade internacional em seu sofrimento, podem recorrer a ações subversivas para exercer seus direitos e, neste caso, uma autodeterminação externa.

Este estudo oferece as seguintes recomendações:

1. O governo nigeriano deve criar um novo Comitê de Reassentamento dos Bakassi com representantes escolhidos do povo de Bakassi, não políticos, para garantir a plena implementação do processo de reassentamento.
2. O governo nigeriano deve integrar efetivamente o povo Bakassi retornado, legitimando o Governo Local Novo Bakassi recém-criado pelo Governo do Estado de Cross River através da ratificação da Lei Estadual Nffl 7 de Cross River, que o criou, bem como as alas eleitorais no novo governo local funcional, para que as eleições possam se manter nessas áreas não reconhecidas pelo documento do Governo Federal.
3. Uma compensação devida e adequada deve ser paga pelo governo nigeriano ao Governo Local de Akpabuyo, de cuja área foi extraído um território adicional para o recém-criado Governo Local da Nova Bakassi.
4. O estado de emergência deve ser declarado pela Nigéria no Novo Governo Local de Bakassi, especialmente na provisão de infraestrutura, hospitais, escolas, estradas e outras obras públicas, incluindo a manutenção da lei e da ordem.
5. O estabelecimento de uma parceria entre Nigéria e Camarões deve ser perseguido por ambos os países, em particular, para aproveitar os recursos ecológicos em torno da sua fronteira comum redefinida, e,
6. Como um mecanismo para compensar a população local da região de Bakassi que sofreu violações dos direitos humanos, privações e perda de meios de subsistência, um ecoturismo binacional deve ser desenvolvido na região por ambos os países.

## REFERÊNCIAS

- Agbese, Pita. 2012. "Violence, Citizenship and the Settler/Indigene Imbrolio in Nigeria" in Kelechi Kalu et al, (eds.) *Territoriality, Citizenship and Peacebuilding, Perspectives on Challenges to peace in Africa*. London: Adonis & Abbey Publishers Ltd, pp.379-396.
- Aghemelo, A.T., & S. Ibhasebhor. 2006. "Colonial is m a s a source of boundary dispute and conflict among African states: The World

- Court judgement on the Bakassi Peninsula and its implications for Nigeria”, *Journal of Social Science*, 13 (3), pp. 177-181.
- Article 3, (1) Appendix 2 – The Green Tree Accord, in Kevin Ngang, Che, 2007, “Understanding the Bakassi Conflict. A showcase of conflict prevention in practice” EPU Research Studys Issue 04/2007.
- Bekker, Pieter. 2003. “Land and Maritime Boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon v. Nigeria; Equatorial Guinea Intervening)” *The American Journal of International Law*, Vol. 97, No. 2, pp. 387-398
- Internet Encyclopedia of Philosophy. <https://www.iep.utm.edu/>.
- Merrills, John. 1997. “The Land and Maritime Boundary Case (Cameroon v. Nigeria), Order of 15 March 1996” *The International and Comparative Law Quarterly*, Vol. 46, No. 3, pp. 676-681,
- Ngang, C. K. 2007. “Understanding the Bakassi Conflict. A showcase of conflict prevention in practice” EPU Research Study Issue 04/07, pp. 1-38.
- Nwoko, Kenneth. 2012. “Footsteps in History, Colonial Origins of African Conflicts: an insight from the Nigeria/Cameroon Border Conflict” *Ubuntu: Journal of Conflict Transformation*, Vol.1 No 1& 2, pp. 15-35
- Onuoha, Godwin. 2015. “Culture, Identity and the ‘Re-making’ of Political Resistance: The Case of the Neo-Biafran Movement in Nigeria” in Kenneth Chukwemeka Nwoko & Omon Merry Osiki (eds.) *Dynamics of Culture and Tourism in Africa: Perspectives on Africa’s Development in the 21st Century*. Ilesha Remo: Babcock University Press, pp.339-368
- Oyewo, Oyelowo. 2005. “The Lingering Bakassi Boundary Crisis: The way forward” in Akinyele, R.T. (ed.) *Contemporary Issues In Boundaries and Governance in Nigeria*. Nigeria: Friedrich Ebert Stiftung, pp.187-198
- Sama, Christopher e Debora Johnson-Ross. 2005-2006. “Reclaiming the Bakassi Kingdom: The Anglophone Cameroon–Nigeria Border” *Afrika Zamani*, Nos. 13 & 14, pp.103–12

## Grupos de Discussão Focada

Focus Group Discussion: Asuquo, Abia Etim, (36 years) Returnee Bakassi Youth in Ekpri Obutong Estate, Ikang Area, New Bakasi Local Government Area, Cross River State, 25 August 2015.



Focus Group Discussion: Effiong, Antrigha (42 years) Returnee Bakassi Youth leader in Ekpri Obutong Estate, Ikang Area, New Bakasi Local Government Area, Cross River State, 25 August 2015.

Focus Group Discussion: Ekponyong, Bassey (32 years) Returnee Bakassi Youth in Ikot Effiom Estate, Ikang Area, New Bakasi Local Government Area, Cross River State, 25 August 2015.

Focus Group Discussion: Bassey, Ekpo Asuquo (30 years) Returnee Bakassi Youth in Ekpri Obutong Estate, Ikang Area, New Bakasi Local Government Area, Cross River State, 25 August 2015.

Focus Group Discussion: Etim, Ita (28 years) Returnee Bakassi Youth in Ekpri Obutong Estate, Ikang Area, New Bakasi Local Government Area, Cross River State, 25 August 2015.

## Mídia (TV, Revista & Jornal)

Agbakwuru, Johnbosco. 2012. "Bakassi indigenes threaten to reclaim ceded Peninsula to Cameroon" *Vanguard*. <http://www.vanguardngr.com/2012/07/bakassi-indigenes-threaten-to-reclaim-ceded-peninsula-to-cameroon/#sthash.tgpAxOM6.dpuf>.

Agbo, Anayochukwu. 2012. "The Abandoned Nigerians", *Tell Magazine* 29 October.

Channel TV News. 2013. "Attack by Cameroonien gendarmes displaces 1000 Bakasi indigenes" *Channel TV News* 4 April on Youtube video. <http://www.youtube.com/watch?v=toOC0U2CZcs>.

Duke, Edem. 2012. "A Walk to Save the Indigenous People of Bakassi by National Association of Seadogs (NAS)" *Sahara Reporters*. <http://saharareporters.com/press-release/walk-save-indigenous-people-bakassi-national-association-seadogs-nas>.

Mbamalu, Marcel e Akpan Anietie. 2015. 'New Bakassi worries over identity 10 years on,' *The Guardian*, 22 August. <http://www.ngrguardian-news.com/2015/08/new-bakassi-worries-over-identity-10-years-on/>.

Nigerian Newsday. 2013. "Displaced Nigerian Bakassi residents seek shelter in primary school" *Nigerian Newsday*. <http://nigeriannewsday.com/national/5204-displaced-nigerian-bakassi-residents-seek-shelter-in-primary-school>.

The Guardian. 2002. 'Nigeria's Reaction to the judgment of the International Court of Justice in the case concerning the land and Maritime Boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon V Nigeria: Equatorial Guinea Intervening)' *The Guardian* Thursday October 24, 1-2.

Vanguard. 2013. "Attack by Cameroonians displaces 1000 Bakasi indigenes" *Vanguard* July 23.

## Entrevistas por telefone

Basse, Eyo. 2012. Entrevista em *Tell Magazine* 29 October.

Ita-Giwa, Florence. 2015. Entrevista telefonica por Marcel Mbamalu (Lagos) e Anietie Akpan (Calabar) em August 19, 2015 Published in the Guardian of Saturday 22 August 2015. <http://www.ngrguardiannews.com/2015/08/new-bakassi-worries-over-identity-10-years-on/>.

## Documentos online da CIJ

International Court of Justice. 2002. 10 October General list No 94, Case concerning the land and Maritime Boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon v Nigeria: Equatorial Guinea Intervening). [Http://www.Icj-Cij.Org/icjwww/Idocket/icnjudgment/icn\\_ijudgment\\_20021010](Http://www.Icj-Cij.Org/icjwww/Idocket/icnjudgment/icn_ijudgment_20021010). PDF, Pis 147-148.

International Court of Justice. 1998. 'Land and Maritime Boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon v Nigeria: Equatorial Guinea intervening) Preliminary objections, judgment of 11 June 1998 ICJ Report, p.312. <http://www.icj-cij.org/docket/files/94/7473.pdf>.

## Documentos governamentais da Nigéria

Nigerian Information Service Centre. 2002. 'Nigeria's Reaction to the judgment of the International Court of Justice in the case concerning the land and Maritime Boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon V Nigeria: Equatorial Guinea Intervening) as published by the Nigerian Information service Centre, November, 7.

Nigeria. 1999. The 1999 Constitution of the Federal Republic of Nigeria.

## RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as questões decorrentes do acordo de resolução do conflito fronteiriço entre Nigéria e Camarões, que poderia comprometer a “paz fria” entre os dois países; questões relacionadas com as repercussões psicológicas, socioeconômicas e políticas que o método de resolução do conflito e a sua aplicação trouxeram aos indígenas e habitantes da Península de Bakassi, bem como recomendações para uma paz duradoura nesta região problemática. Ao fazer isso, o estudo investiga como o processo de resolução do conflito, com base na decisão da CIJ e no Acordo Green Tree, criou questões mais complexas que encapsulam o interesse do povo de Bakassi, a partir do que deveria ter sido um processo triangular. A análise aqui expõe os danos psicológicos, sócio-econômicos e políticos produzidos pela maneira peculiar com que o método de resolução do conflito atribuía maior importância ao interesse dos Estados, frente ao significado estratégico da Península, e a exclusão de seus habitantes. O estudo traz à tona a necessidade da adoção de uma abordagem alternativa de construção da paz no pós-conflito, em face da ineficácia das abordagens existentes na promoção da paz positiva e desenvolvimento sustentável na região. Ele oferece recomendações que acomodariam o interesse triangular das partes interessadas: Camarões, Nigéria e Bakassi, capturados em uma rede de maneiras que promovam a segurança e o desenvolvimento na África Ocidental. O estudo adota os métodos qualitativos e, a partir dele, o método histórico em termos de coleta, análise e apresentação de dados. A coleta de dados é baseada em fontes primárias e secundárias selecionadas. As fontes primárias incluem dados de evidências orais de trabalho de campo, estudos de notícias, discussões de grupos focais (FGD) etc. Fontes secundárias incluem fontes escritas relevantes para o estudo; documentos de política da Administração do Governo Local de Bakassi, livros, revistas e artigos de periódicos, bem como trabalhos não publicados, teses e dissertações, entre outros. Dados orais para o estudo foram obtidos por meio de entrevistas pessoais com informantes-chave e discussões de grupos focais (FGD) realizadas na Área de Governo Local de Akpabuyo no Estado de Cross River, na Nigéria, onde alguns dos Bakassi estão atualmente abrigados e as várias comunidades ao redor da península. Entrevistas orais com o porta-voz das pessoas deslocadas, bem como grupos de especialistas que já trabalham nesta área, ativistas de direito e jornalistas também foram contatadas para os propósitos deste estudo. Na análise e interpretação, o estudo emprega abordagens teóricas de disciplinas relevantes, como história, estudos de paz e conflito, política e Direito, aplicando-os à situação histórica associada às preocupações do estudo. Na apresentação, o estudo combina os estilos cronológico, analítico e descritivo.

## Palavras-chave

Processo triangular; Construção da Paz pós-conflito; Acordo de *GreenTree*.

*Recebido em 2 de março de 2018.  
Aprovado em 25 de junho de 2018.*

*Traduzido por Amabilly Bonacina.*